

Raúl Proença



Dos canhotos aos bonzos, em plena ditadura da incompetência

1925

As câmaras são já como as antecâmaras das casas bancárias, e a política um meio de fazer fortuna. Quem entra na carreira começa por bramar contra a Finança, adere depois ao conservantismo, penitenciando-se das verduras da mocidade, e acaba por se introduzir na gerência dos bancos, como fruto da idade madura
(Raúl Proença)

A Pátria está doente ... quando lá fora andam em liberdade os causadores dos males da Pátria, eu vejo aqui oficiais deste valor no banco dos réus (Óscar Carmona)

● **Tudo no Estado, nada fora do Estado** – Quando Mussolini lança o slogan *Tudo no Estado, nada fora do Estado* falece, prematuramente, António Sardinha, no ano em que se edita a sua *Teoria das Cortes Gerais*, reabilitando o miguelista Visconde de Santarém. António de Oliveira Salazar profere duas conferências, uma sobre *Laicismo e Liberdade* e outra sobre *Aconfessionalismo do Estado* (14 de Junho), onde proclama: *estas duas necessidades – liberdade e ordem; estes dois escolhos – desordem e tirania, enquadram a vida pública em todos os tempos e com particular gravidade a vida pública moderna*. Enquanto isto, o jovem Marcello Caetano, então integralista, estuda *Frei Serafim de Freitas*. Neste ano também chega a realizar-se em Lisboa uma das sessões do III Congresso Pan-Africano de Londres, enquanto Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) reflecte sobre *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. Maurice Hauriou cunha o chamado *institucionalismo*, em *Théorie de l'Institution et de la Fondation. Essai de Vitalisme Social* e Hans Kelsen lança a *Allgemeines Staatslehre* e Sérgio Panunzio teoriza *Lo Stato Fascista*. Já Benedetto Croce, no ano em que publica *Elementi di Politica*, emite no dia 1 de Maio o *Manifesto dos Intelectuais Antifascistas*, respondendo a manifesto contrário de Giovanni Gentile, seu anterior inspirador. Já em Espanha, no mês de Dezembro, Miguel Primo de Rivera passa da ditadura militar ao directório civil. Destaque para Mário Saa que aqui publica *A Invasão dos Judeus*, um texto esotericamente anti-semita, onde se considera que *a República foi o assalto definitivo dos judeus ao poder*, depois das respectivas semente terem sido lançadas pelas ordens maçónicas.

● **Contra as forças vivas** surgem várias manifestações de sindicalistas, comunistas e socialistas, com o apoio da CGT e da Federação Nacional das Cooperativas, que tentam a criação de uma União dos Interesses Sociais contra a União dos Interesses Económicos.

● **Esquerdices** – Depois do governo reconhecer a URSS (2 de Janeiro de 1925) e de Ezequiel de Campos apresentar uma proposta de lei de organização rural, há várias manifestações de apoio ao governo. Em 6 de Fevereiro, discursa o próprio José Domingues dos Santos, numa promovida

pela CGT. No dia 8, nova manifestação, agora promovida pela Federação Nacional das Cooperativas.

●No dia 11 de Fevereiro, a Câmara dos Deputados aprova uma **moção de desconfiança** ao governo, em nome do *prestígio da força pública, da disciplina militar e da ordem pública*, com o chefe do governo a considerar que o parlamento quer que *o governo espingardeie o povo*. A sessão é bastante agitada com *bombistas nas galerias e um copo de vidro* atirado como argumento. Segue-se nova vaga de manifestações pró-governamentais em 13 de Fevereiro, com comícios em Lisboa, Coimbra, Faro, Évora e Figueira da Foz.

●**Uma classe média entalada** – *As forças vivas lutavam contra o governo e o proletariado ia aplaudi-lo ao Terreiro do Paço*, enquanto a classe média fica entalada *entre o camartelo daqueles milionários e a bigorna do proletariado* (Rocha Martins).

●**Governo n.º 92** (Fevereiro) de **Vitorino** Máximo de Carvalho **Guimarães** (136 dias, quatro meses e meio, desde 15 de Fevereiro). Vitorino Guimarães²⁷ (1876-1957), oficial da administração militar, professor no Instituto do Comércio e activista dos jovens turcos, lidera a ala centrista dos democráticos. *Os*



vitorinos que nos governam, como então se diz. Um cacharolete de democráticos, alvaristas e independentes, segundo a expressão de Cunha Leal. Até porque o novo presidente do ministério não alinha com

bonzos nem com canhotos. Ainda é um gabinete concentracionista dirigido por um centrista dentro do partido democrático. Na votação do governo, os dezoito deputados nacionalistas abandonam a sala, tendo o governo passado, por 63-3 (18 de Fevereiro). O gabinete é constituído por sete democráticos, dois alvaristas e um independente. Alguns oposicionistas chegam a falar numa ditadura da incompetência (título do jornal *A Época*, de 28 de Maio).

●Presidente ocupa a pasta das finanças. No interior, Vitorino Henriques Godinho. Na justiça, Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho. Na guerra, o general Ernesto Maria Vieira da Rocha, até 21 de Abril de 1925, com António Nogueira Mimoso Guerra a suceder-lhe. Na marinha, Fernando Augusto Pereira da Silva. Nos negócios estrangeiros, Joaquim Pedro Martins, enquanto membro da Acção Republicana. No comércio, o coronel Ferreira de Simas. Nas colónias, António de Paiva Gomes (não chega a tomar posse). Em 16 de Fevereiro de 1925, Henrique Monteiro Correia da Silva (Paço d'Arcos). Na instrução pública, o alvarista Rodolfo Xavier da Silva. No trabalho, Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia. Na agricultura, Francisco Coelho do Amaral Reis.

●**O fantasma do golpe à espanhola** – Refeita a unidade do partido democrático e garantido o apoio dos alvaristas, Vitorino tenta acalmar as *forças vivas*, suavizando, de forma conciliatória, a reforma bancária. Vencido o Inverno da fragmentação do partido democrático e a revolta das associações patronais, eis que, em plena primavera, surge o golpe de Estado do 18 de Abril, uma espécie de ensaio do 28 de Maio de 1926, sem dúvida, o episódio visível mais marcante desse período governamental, porque, no silêncio dos gabinetes, se revela a impotência do Estado face à burla de Alves dos Reis, cujas notas começam a circular, pouco antes do governo autorizar a entrada em funcionamento do Banco Angola e Metrópole. Regressam também os atentados bombistas, destacando-se os perpetrados pela Legião Vermelha que chega a tentar assassinar o comandante da polícia Ferreira do Amaral. Contudo, as feridas do 18 de Abril são marcantes. Pela primeira vez, desde 1870, oficiais generais no activo entram em rebelião armada contra um governo legítimo. E se o golpe é militarmente jugulado na Rotunda, ele não é derrotado no plano político, levando à demissão do ministro da guerra, à revolta surda de quase todas as grandes figuras do Exército e à retracção psicológica do governo que, quando se apresenta no parlamento, mais parece um réu do que um vencedor. Já antes, em 5 de Abril, tinha havido uma tentativa golpista quando dois oficiais penetram no

quartel da guarnição militar de Lisboa, com conivências de outros quadros em serviço. No plano simbólico, saliente-se uma pequena amotinação popular contra os impostos numa vila transmontana, enquanto uma das lendas do sidonismo, o tenente Teófilo Duarte aparece a elogiar o fascismo italiano e criticar as *forças vivas*, principalmente pela sua ligação aos democráticos, naquilo que qualifica como *socialismo de Estado*. Mas os restos de sidonismo não o seguem, preferindo aderir aos nacionalistas, no congresso de Março. O golpe de 18 de Abril, onde estão implicados cerca de seis dezenas de oficiais, tem mais a cobertura ideológica da Cruzada Nuno Álvares e, em vez do modelo italiano, segue o exemplo do autoritarismo espanhol de Primo Rivera. Apesar da prisão de centena e meia de oficiais e alguns civis, entre os quais dois deputados, o governo não tem informação adequada do processo subversivo, face ao modelo de propagação das adesões por camaradagem de quartel e pela sensação de impunidade que as anteriores revoltas tinham legado. Entretanto, as feridas no interior do partido democrático não estão saradas, com os *bonzos* a recordarem no parlamento as relações íntimas de Domingues dos Santos com os terroristas vermelhos e com António Maria da Silva a votar contra uma proposta financeira do governo do seu corregedor centrista, levando à queda deste, logo no começo do Verão.

●**Portugal tem de reagir** – *Portugal tem de reagir para que não o assassinem... um lugar no Parlamento é para estes Catões a garantia da gamela bem cheia, a fartura e o regafobe garantidos... é a isto que chegámos ao cabo de 15 anos de regimen republicano! Os grandes homens da República – expulsos. O Povo, - miserável. A Nação – na desordem, na anarquia, - escárnio dos estrangeiros. O Exército indisciplinado, esfrangalhado* (Gomes da Costa). O general no dia 17 de Agosto, à frente da guarnição de Lisboa que foi cumprimentar o novo ministro da guerra, Vieira da Rocha, declara: *se V. Ex^a vê que neste lugar pode fazer alguma coisa para prestígio do Exército e para bem de nós todos, que nele servimos, tem-nos absolutamente ao seu dispor: senão... veremos.*

●**Republicanizar a República** – Em 14 de Fevereiro, numa entrevista ao *Diário de Notícias*, Brito Camacho considera que *é preciso republicanizar a república, sob pena de darmos um passo atrás e cairmos na monarquia, ou um salto em frente e cairmos no bolchevismo.*

●**Tentativa de golpe** – Três oficiais monárquicos tentam apossar-se do quartel-general da guarnição militar de Lisboa (5 de Março).

●**Congresso dos nacionalistas** integra as últimas facções sidonistas que permaneciam autónomas (7 e 8 de Março)

●**Motins em Valpaços** contra o pagamento dos impostos (2 de Março)

●O tenente **Teófilo Duarte elogia o fascismo** italiano e critica o nosso *socialismo de Estado*, bem como o *movimento das forças económicas* que se arrogam a pretensão de substituir as forças políticas na governança do Estado (4 de Março).

●**Golpe dos generais**. Nova revolta militar, liderada por Filomeno da Câmara², com o apoio de Raúl Esteves, Freire de Andrade, Pedro José da Cunha e Jaime Baptista (18 de Abril). Há 61 oficiais envolvidos. A primeira vez, desde 1870, que uma revolta militar é



comandada por oficiais generais no activo. Há também destacados conspiradores civis, como Antero de Figueiredo, Carlos Malheiro Dias (1875-1941), José Pequito Rebelo e Martinho

Nobre de Melo. O golpe conta com o apoio da *Cruzada Nun'Álvares* e tem algumas semelhanças com o de Primo Rivera em Espanha. Em nome dos revoltosos, que chegam a ocupar a Rotunda, Sinel de Cordes vai ao quartel do Carmo parlamentar com o próprio presidente Teixeira Gomes, propondo que Filomeno da Câmara constitua novo governo. O situacionismo reage e é exonerado o ministro da guerra, general Vieira da Rocha, que defendera um entendimento com os sediciosos (21 de Abril). Vários deputados nacionalistas são presos (22 de Abril). O governo, apesar de ter vencido, no fim do processo, apresenta-se *mais como réu do que como vencedor*. Começa, então, a falar-se numa *revolução de*

remorso face à demissão dos implicados no movimento

● **António Sérgio pela ditadura** – Analisando o julgamento do 18 de Abril, diz aceitar a possibilidade de uma certa ditadura preparadora de uma verdadeira Democracia e de um governo nacional extraordinário. Uma ditadura de reforma, lealíssima, que saiba o que quer e diga o que quer, que queira realmente aquilo que diz, e nos convença pela clara Ideia, antes de vencer pelo canhão.

● Começam a circular as **notas de Alves dos Reis**, que, em 22 de Abril, apresenta o primeiro requerimento para a fundação do Banco de Angola e da Metrópole, autorizado pelo governo em 17 de Junho.

● Oito anos depois das aparições e ainda sem o apoio da hierarquia eclesiástica, há mais de cem mil pessoas nas **cerimónias de Fátima** (13 de Maio).

● A **Legião Vermelha** promove um **atentado contra Ferreira do Amaral**. Segue-se a prisão de cerca de uma centena de terroristas que foram deportados para África (15 de Maio). Segundo relatório deste ano apresentado pelo citado comandante da polícia: nos últimos quatro anos: 8 guardas assassinados e 45 feridos, a tiro e à bomba, nas ruas de Lisboa, além de 30 habitantes da capital chacinados à bomba e 92 feridos pelos mesmos engenhos. 325 bombas que reventam só em Lisboa.

● **Governo n° 93** (Julho) de **António Maria da Silva** (31 dias, desde 1 de Julho) só com ministros da ala *bonza*, à excepção de Pereira da Silva, depois de esgotadas as tentativas de canhotos e centristas. Finda assim o entendimento de democráticos e alvaristas,



aquilo a que então se dava o nome de *bloco*. O 23° gabinete pós-sidonista é recebido com a oposição de nacionalistas, monárquicos, alvaristas e esquerdistas. Apenas passa com um voto de

diferença, concedido por Brito Camacho.

● Presidente acumula a guerra. No interior, Germano Lopes Martins. Na justiça, Augusto

Casimiro Lopes Monteiro (1861-1958). Nas finanças, Eduardo Alberto Lima Basto. Na marinha, Fernando Augusto Pereira da Silva (independente). Nos estrangeiros, Albano Augusto de Portugal Durão. No comércio, Manuel Gaspar de Lemos. Nas colónias, Filemon da Silveira Duarte de Almeida. Na instrução pública, Eduardo Ferreira dos Santos Silva (1879-1961), médico, presidente da câmara municipal do Porto de 1915 a 1918. No trabalho, António Joaquim Machado do Lago Cerqueira. Na agricultura, António Alberto Torres Garcia.

● **Revolta de Mendes Cabeçadas**, apoiado por Jaime Baptista. Decretado o estado de sítio. A sedição é dominada por forças fiéis ao governo comandadas por Agatão Lança (19 de Julho)



● **A gamela bem cheia** – No dia 3 de Outubro, num artigo publicado na *Época*, intitulado *Portugal tem que reagir para que não o assassinem*, Gomes da Costa considera que *um lugar no Parlamento é para estes Catões, a garantia da gamela bem cheia, a fartura e o regabofe garantidos*.

● Primeiro artigo em *O Século* sobre o caso Angola e Metrópole: *O Que Há?* (23 de Novembro). **Alves dos Reis** é detido (6 de Dezembro). Longas bichas em todo o país nas filiais do Banco de Portugal para a troca das notas de Alves dos Reis (8 de Dezembro).

● **Governo n° 94** (Agosto) de **Domingos Pereira** (138 dias). Um interregno de quatro

meses e meio liderado pelo antigo dissidente democrático, durante o qual se realizam as últimas eleições da I República, em 8 de Novembro, onde os bonzos obtêm uma escassa vitória.

●Presidente acumula o interior. Na justiça, Augusto Casimiro Alves Monteiro. Nas finanças, António Alberto Torres Garcia. Na guerra, general Ernesto Vieira da Rocha e José Esteves da Conceição Mascarenhas (1879-1955), desde 30 de Outubro de 1925. Em 30 de Outubro de 1925, José Mascarenhas. Na marinha, o independente Comandante Fernando Augusto Pereira da Silva. Nos negócios estrangeiros, Vasco Borges. No comércio, o extra-partidário Nuno Simões (até 10 de Dezembro de 1925). Nas colónias, comandante Isidoro Pedro Leger Pereira Leite. Em 22 de Setembro de 1925, general Vieira da Rocha. Na instrução pública, o médico e deputado João José da Conceição Camoesas. No trabalho, Francisco Alberto da Costa Cabral (até 27 de Novembro). Quando se dá a extinção do ministério. Na agricultura, Manuel Gaspar de Lemos.

●Depois de Teixeira Gomes procurar para a chefia do governo um independente, tentando, primeiro, o general Bernardo Faria e, depois, um republicano independente, o professor de direito Joaquim Pedro Martins, a solução de transição antes das eleições acaba por ser encabeçada pelo presidente da Câmara dos Deputados, o democrático, que havia sido dissidente, Domingos Pereira, personalidade que dava certas garantias de imparcialidade a nacionalistas e esquerdistas.

●Se o principal facto político desta governação são as eleições de 8 de Novembro, aliás, as últimas da I República, importa assinalar que logo depois destas se torna público o escândalo Alves dos Reis. Antes delas, acontece outro facto fundamental, com o julgamento dos implicados no 18 de Abril, com o tribunal militar a absolvê-los. Por outras palavras, acaba condenada a própria liderança dos democráticos, sendo reconhecida a legitimidade da insurreição contra o poder estabelecido.

●Bem tentam alguns dos criadores do modelo de regresso à *República Velha* uma reacção defensiva, com o alvarista Sá Cardoso a procurar criar uma *Liga de Defesa*

da República. Mas o exército republicano já não consegue parar a conspiração para uma *Nova República*, pouco se importando com os partidos e com o resultado das eleições. Aliás, o próprio líder intelectual dos *seareiros*, António Sérgio justifica doutrinarmente uma *ditadura de reforma* das instituições, visando a criação de uma verdadeira democracia. Mas Sérgio não consegue assumir-se como Alexandre Herculano, repetindo a Regeneração e não apenas pelo facto de não haver Saldanha. O impulso reformista e messiânico da República esgotara-se. O presidente Teixeira Gomes, que aguentara o pedido de renúncia para depois das eleições, abandona a gaiola de Belém e parte para o exílio deixando a Bernardino Machado a tarefa de fechar a porta ao sistema. A *revolução do remorso* está para breve.

●Julgamento do 18 de Abril (Setembro).

Dem. 83	Nac. 36	
	156 dep.	Mon. 7
E. D. 6		UIE 4
Ind. 18		Cat. 4

●**Eleição nº 52 do Congresso da República** (8 de Novembro). 156 deputados e de 68 senadores. 574 260 eleitores e de 407 960 votantes. Democráticos *bonzos*, liderados por António Maria da Silva a conseguirem 82 deputados, contra 31 dos nacionalistas. Salazar candidata-se por Arganil, ficando apenas em sexto lugar, numa altura em que era um activista da chamada comissão diocesana de Coimbra do CCP, escrevendo sete artigos sobre matéria eleitoral no *Correio de Coimbra*.

●**Contra os pequenos partidos** – *Parece que o problema capital desta República é agora o aniquilamento absoluto dos pequenos agrupamentos partidários. É este o "mot d'ordre" olímpico dos bonzos eleitos no último congresso democrático* (Raúl Proença).

●**Burla miserável das eleições** – Em 1924, na revista *Seara Nova*, José Rodrigues

Miguéis (1901-1980) reconhece que existe uma *burla miserável das eleições da*

provincia, que são hoje como nos tempos da Rainha D. Maria II.

☞ Da esquerda

Accionistas

● Álvaro de Castro afasta-se dos nacionalistas, depois de, na respectiva junta consultiva, ter sido aprovada, por 57-18, uma moção repudiando *ministérios de concentração e pseudo-ministérios nacionais* (15 de Dezembro 1923). Logo no dia seguinte, juntamente com três dezenas de deputados e senadores nacionalistas, Álvaro de Castro, funda o *Grupo Parlamentar de Acção Republicana*.

Democráticos

● 83 deputados (53%) e 39 senadores.

Esquerda Democrática

● 6 deputados e 1 senador. Constituídos em 18 de Julho de 1925, como *Partido Republicano da Esquerda Democrática*, começam por mobilizar 20 deputados, do hemiciclo eleito em 1922.

● Entre os mais destacados militantes, para além de José Domingues dos Santos, temos Manuel Pestana Júnior, Plínio da Silva, Fernando Brederode, Carlos de Vasconcelos, Crispiano da Fonseca, Alfredo Nordeste, Pina de Morais, Jaime de Sousa e José Cortês dos Santos.

Seareiros

● Em Novembro de 1925, a revista *Seara Nova* defende a criação de um *cartel das esquerdas*, com os grupos de José Domingues dos Santos, os radicais e os socialistas.

Socialistas

● 2 deputados.

Radicais

● Primeiro congresso do novo Partido Republicano Radical nos dias 9 a 11 de Junho de 1923. Resulta de uma aliança entre outubristas e populares, com Procópio de Freitas, Camilo de Oliveira, Orlando Marçal, António Arez, José Lopes de Oliveira, Albino Vieira da Rocha, Alexandre Mourão, António Almeida Arez, Câmara Pestana, Martins Júnior, José Pinto de Macedo (o relator do programa) e Alberto da Veiga Simões²⁷. O grupo começa por chamar-se *Partido Republicano de Fomento Nacional*. Entretanto, dá-se a explosão de uma bomba

☛ Para a direita

Nacionalistas

● Contra o governo de António Maria da Silva, emerge um *bloco* republicanos, constituído por liberais e reconstituintes, os quais se unificam em 5 de Fevereiro de 1923, dando origem ao *Partido Republicano Nacionalista*, cujo manifesto, redigido por Júlio Dantas, é emitido no dia 17, dois dias antes de Álvaro de Castro comunicar o facto oficialmente ao Congresso da República.

● Francisco da Cunhal Leal lidera a ala direita, Ginestal Machado, o grupo do centro, e Álvaro de Castro, o sector de esquerda. Outros dirigentes são: Júlio Dantas, Alexandre Vasconcelos e Sá, Alberto Moura Pinto, Artur Lopes Cardoso, Raul Portela, Pedro Pitta, Ribeiro de Carvalho, Tomé de Barros Queirós, Silvestre Falcão, José Jacinto Nunes, Leonardo Coimbra, Alves Roçadas, Hermano José de Medeiros.

● 36 deputados (23%) e 8 senadores.

● No Congresso do Partido Nacionalista, de 7 e 8 de Março de 1925, dá-se uma integração dos derradeiros sidonistas que permaneciam independentes. Ataques a Teixeira Gomes e ao governo (dias). A partir de então também se destacam nos nacionalista figuras como Filomeno da Câmara, João Tamagnini Barbosa, Joaquim Mendes do Amaral e José Feliciano da Costa Júnior.

● Domina a facção de Tamagnini Barbosa e de Pedro Pita, apoiada por Filomeno da Câmara que pretende manter íntegro o anterior directório do partido, no congresso marcado para 6 de Março de 1926, no ginásio do Liceu Camões.

União Liberal Republicana

● Cisão dos nacionalistas nascida em Março de 1926, com a liderança de Francisco da Cunha Leal.

● O grupo é integrado por Alexandre Vasconcelos e Sá, José Mendes Cabeçadas Júnior, António Vicente Ferreira, Fernando Bissaia Barreto, Carlos Pereira, Artur Brandão e João Henriques Pinheiro.

que está a ser fabricada na sede do partido, no Porto, causando a morte de três militantes (12 de Setembro).

Comunistas

- Carlos Rates parte para Moscovo no Verão de 1924.
- Em 1924, militantes do PCP; de acordo com as orientações do *Komintern*, formam uma secção portuguesa da *Internacional Sindical Vermelha* que editam *A Internacional*, com o comunista Fernando Mota aliado ao socialista Amâncio Alpoim e ao anarquista Campos Lima.
- Carlos Rates abandona o PCP em 1925, aceitando um emprego no jornal *O Século*. Em Fevereiro desse ano edita *A Rússia dos Sovietes*, relatando viagem que o levou a essas paragens no Verão de 1924. Depois do 28 de Maio adere à União Nacional e passa a colaborar no jornal *Diário da Manhã*.
- No dia 1 de Maio de 1926, há pancadaria nas comemorações do Dia do Trabalhador, com comunistas a enfrentarem os anarco-sindicalistas.
- No dia 28 de Maio os comunistas estão reunidos na Rua António Maria Cardoso, realizando o seu II Congresso.

● Vários sidonistas vão aderir ao novo agrupamento, como Teófilo Duarte, Eurico Cameira, Jorge Botelho Moniz (1898-1961) e António Bernardino Ferreira.

● Outro dos imediatos aderentes é Alberto da Cunha Rocha Saraiva. Destacam-se também Raul Portela, José da Silva Ramos, Fernando Utra Machado, Artur Ribeiro Lopes, Constâncio de Oliveira, José Carvalho dos Santos, Albino dos Reis, José Jacinto Nunes, Raul Esteves dos Santos.

● Mesmo António José de Almeida terá incitado os antigos evolucionistas a aderirem a Cunha Leal.

Católicos

● 4 deputados e 1 senador.

Monárquicos

● 7 deputados e 5 senadores.

Ordem Nova

● Revista criada em Março de 1926 e com doze números até Fevereiro de 1927, com Marcello Caetano, Pedro Teotónio Pereira, Manuel Múrias (1900-1960) e Nuno Montemor.

União dos Interesses Económicos

● 6 deputados e 3 senadores.

Independentes

● 19 deputados e 8 senadores.

● **Teixeira Gomes renuncia** (10 de Dezembro). Eleito Bernardino Machado no dia 11. Alguns chegam a propor um golpe de Estado constitucional para a salvação do regime, com a eleição de um presidente por sufrágio directo, através de um plebiscito, lançando-se, para o efeito, o nome de Gago Coutinho. Em 17 de Dezembro, Teixeira Gomes parte num cargueiro para o exílio argelino: *vou enfim libertar-me de 15 anos de cativo, arrastados por Londres e Lisboa*

● **Governo apresenta a demissão** (13 de Dezembro).

● **Governo nº 95 de António Maria da Silva** (164 dias, cerca de cinco meses e meio, desde 17 de Dezembro). O 39º e último governo republicano e o 25º pós-sidonista. Conforme as palavras de Cunha Leal, *o de profundis da república parlamentar no cantochão de António Maria da Silva*. Tem a oposição parlamentar de nacionalistas, monárquicos e *canhotos*, enquanto socialistas, católicos e alvaristas optam pela



chamada expectativa. Silva proclama: *não sou da esquerda, nem da direita, sou do partido republicano*.

● Presidente acumula com o interior. Na justiça, João Catanho de Menezes. Nas finanças, Armando Marques Guedes²⁷ (1886-1958) que nos há-de deixar um relato sobre a matéria, *Cinco Meses de Governo. Páginas do Meu Diário*, Lisboa, 1957. Na guerra, o independente tenente-coronel José Esteves da Conceição Mascarenhas. Na marinha, o independente Comandante Fernando Augusto Pereira da Silva. Nos negócios estrangeiros, Vasco Borges. No comércio, Manuel Gaspar de Lemos. Nas colónias, o general Ernesto Maria Vieira da Rocha. Na instrução pública, Eduardo Ferreira dos Santos Silva. Na agricultura, António Alberto Torres Garcia.

● **Só na pancadaria se confia** – *A raça dos sebastianistas e messiânicos tem pululado, de sorte que agora já alguns me queriam para... ditador! Isto prova quanto está obliterado o culto e até o respeito pelos princípios. Só na pancadaria se confia com*

condição que caia somente sobre os outros (Afonso Costa).

● **Viva o fascismo** – *Nós não nos podemos afastar do grande movimento geral. O dilema que foi posto ao mundo é este: Ou o fascismo, não com a reacção que tem na Itália, mas com a reacção que está alastrando pela Europa, ou o bolchevismo. Se o fascismo triunfar, a civilização salva-se, se é o bolchevismo que triunfa, voltamos à barbárie, e as capitais serão incendiadas pelas guardas*

de Moscovo (deputado Pinheiro Torres em 22 de Dezembro de 1925).

● **Unificação das maçonarias.** Em 4 de Dezembro de 1925 celebra-se acordo para a criação de uma frente única de todos os maçons portugueses, através de um tratado firmado entre o Grande Oriente Lusitano e o Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês (grau 33) e esta obediência até transfere a sua sede para o edifício central do Grémio Lusitano. O acordo vai entrar em vigor em 26 de Abril de 1926.

● **O último governo da República** – O chefe do partido democrático e presidente do ministério já não tem o incómodo Teixeira Gomes na presidência da república, conseguindo colocar em Belém o seu candidato Bernardino Machado. Também afastara do partido os empecilhos *canhotos*. O respectivo *calcanhar de Aquiles* está, contudo, na forma de lidar com o Exército e com a não disfarçada conspiração da *revolução de remorso*. Por ironia do destino, tinha sido António Maria da Silva a criar o *feitiço* da intervenção do Exército na vida política, quando em 1921, para desarmar a GNR e superar o outubrismo, gerou um *grupo de pressão* insusceptível de ser partidarizado. Não tarda que o *feitiço se volte contra o feiticeiro*... Outro dos paradoxos prende-se com o facto do último governo da I República se ter enredado na questão do monopólio fiscal dos tabacos, negócio que tinha empenhado os últimos governos da monarquia em 1905, mas que João Franco conseguira superar em 1906, através de um contrato que ia expirar precisamente em 30 de Abril de 1926. Mas António Maria da Silva também não vai cair por causa da oposição parlamentar. Os democráticos a que preside têm 83 deputados contra 77 da oposição, mas esta está dividida em 8 grupos: os nacionalistas afectos a Tamagnini Barbosa e Pedro Pita; os dissidentes do nacionalismo, em torno da União Liberal Republicana de Cunha Leal (os dois com 36 deputados) os monárquicos (7 deputados); a esquerda democrática (6); a *União dos Interesses Económicos* (4); os católicos (4); os socialistas (2); e os independentes, muitas vezes invocando a bandeira do regionalismo (18). Uma série de oposicionistas que, contudo, dificilmente podem conjugar-se através de um adequado entendimento, capaz de condicionar, ou de superar, o situacionismo bonzo. A cisão dos nacionalistas em Março de 1926 não permite uma liderança eficaz da oposição. Os católicos continuam em discórdia a propósito do centrismo. Os monárquicos repartem-se entre os adeptos do suspenso integralismo e os fiéis a D. Manuel II. Os sindicalistas estão divididos entre os decadentes anarco-sindicalistas e os nascentes comunistas. Os socialistas continuam ineficazes.

● Restava a conspiração militar, mas Silva confia no novo ministro da guerra, José Mascarenhas que, antes de ser chamado para o governo até alinhara na conspiração em marcha e que lhe garante ter tudo sob controlo. Acresce que o novo ministro das finanças, Armando Marques Guedes é uma figura prestigiada, tem conhecimento dos *dossiers*, confiança pública e ideias praticáveis para um reformismo capaz de continuar a linha que havia sido lançada por Álvaro de Castro e que dera alguns bons, mas curtos, frutos. Assim, o governo até consegue vencer o caso da burla Alves dos Reis, traçando uma via adequada para a superação do processo. Além disso, o *fait divers* revolucionário de 1 de Fevereiro de 1926, promovido pelos radicais também é facilmente resolvido. Silva tem a ilusão de dizer: *não sou da esquerda nem da direita, sou do partido republicano*. Está até disposto a encarar uma solução autoritária, tem, por ele, a força mística do Grande Oriente Lusitano, é indiscutivelmente um homem honesto e pode contar com a colaboração da experiência e do prestígio do presidente Bernardino Machado. Vai, contudo, enredar-se na questão dos tabacos e não encontra nos arquivos dos ministérios estudos adequados sobre a questão, nem sequer informação mínima, mas, graças a Marques Guedes, consegue apresentar uma solução coerente, tecnicamente bem fundamentada, embora criticável. A oposição de Cunha Leal, dos nacionalistas, dos alvaristas e da esquerda democrática aproveita a oportunidade, trata de manipular *a rua*, mobiliza todos os argumentos demagógicos

e consegue fazer uma caricatura de parlamento e demonstrar a ineficácia de autoridade do executivo.

●Gomes da Costa já pode viajar até Braga. Mendes Cabeçadas pode comandar a revolta em Lisboa e Óscar Carmona pôr-se à frente das tropas revoltosas sitas no Alentejo. O governo está cercado. Já não tem com ele a opinião pública, está prestes cair de podre. Cai mesmo. Mas com ele afunda-se também o novo regime. O movimento do 28 de Maio não é a ditadura proposta por António Sérgio. Nem sequer se assume como o passeio militar de Saldanha que precedeu a Regeneração. É um provisório que, pouco a pouco, se torna definitivo quando mistura o que parecia impossível de conciliação: a tecnocracia modernizante e o reaccionarismo nas ideias. Salazar será a nova síntese de uma interrupção que durará cerca de meio século. A República republicana, feita por republicanos, não passou afinal de uma boa intenção que, depressa envelheceu, sempre presa a uma ilusão quixotesca de contra-sociedade e sem a serenidade, o bom senso e o sentido prático de um qualquer Sacho Pança, capaz de conciliar o comum do povo com as novas instituições.

Cardia (II): 98; Costa, Afonso: 238; Costa, Carlos Gomes da (II): 234; Cruz, Manuel Braga: 304, 305, 321, 337; Gomes, Pinharanda (1984): 138; Gouveia, Rosa: 59; Guedes, Armando Marques: 336, 337; Leal, Francisco da Cunha (1966, II): 413, 414 ss., 415, 416, 419, 430, 431, 432, 433, 434, 444, 447; Lopes, Fernando Farelo (1994): 156; Marques, Oliveira; (*Nova História.*): 234 ss.; Martins, F. Rocha (*A Europa em Guerra*, II): 410, 412, 413, 414, 415, 435, 453, 456, 457, 458, 462, 463, 464, 465, 466, 468, 470; Meneses, Luís Manuel Machado (1992); Nogueira, Franco (I): 277, 279; Nunes, Leopoldo: 84, 85, 86, 91, 92, 93, 97, 107; Pabón, Jesus: 550 ss., 553; Peres, Damião: 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 401, 402, 403, 404, 406; Rodrigues, Ernesto: 229, 237; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 298 ss..